

AGENDA SEMANAL DOS PODERES #16

Semana de 17 a 21 de Maio

Legislativo

Câmara dos Deputados, o presidente Arthur Lira (PP/AL) deverá anunciar as próximas etapas da Reforma Tributária. Além disso, os líderes partidários deverão se reunir para definir as prioridades de votação. No âmbito das comissões, a CCJC deverá realizar a leitura do parecer de admissibilidade à Reforma Administrativa; é possível que a votação do relatório ocorra na quinta-feira. Ainda no colegiado, poderão ser apreciados projetos que versam sobre Homeschooling e sobre o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas. No âmbito da CFT, os parlamentares poderão apreciar projeto que Institui Política Nacional de Formação de Docentes da educação básica para as tecnologias da informação e comunicação (PDTIC). Por sua vez, a CME poderá apreciar projeto legislação tributária federal sobre combustíveis.

Senado Federal, os líderes partidários poderão se reunir para definir as prioridades de votação para a semana. A CPI da Pandemia ouvirá os ex-ministros Ernesto Araújo e Eduardo Pazuello. Além disso, o Plenário promoverá sessão especial em comemoração ao Dia da Defensoria Pública.

Judiciário

O Plenário do STF poderá julgar Recurso Extraordinário sobre o dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 anos de idade; bem como ADI que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Cenário Socioeconômico

O IBGE divulgará dados das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento do Brasil 2020. A CNI divulgará dados da sondagem industrial.



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CÂMARA:

A pauta dessa semana será composta pelos itens remanescentes da semana passada. Assim, ainda não constam itens de interesse na pauta do Plenário.

PAUTAS DAS COMISSÕES:

→ SEGUNDA (17)

09h – CCJC PEC 32/20: Reforma administrativa. *Leitura do parecer do relator, Dep. Darci de Mattos (PSD/SC), pela admissibilidade com emendas supressivas saneadoras.*

→ TERÇA (18)

13h30 – CLP SUG 171/18: Sugere projeto de lei para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes dos públicos". *Relatoria do Dep. Júlio Delgado (PSB/MG), com parecer favorável na forma do PL.*

→ QUARTA (19)

09h – CCJC: Reunião para deliberar as

proposições remanescentes da pauta anterior.

13h – CSPCCO PDL 162/20: Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 1.634/GM-MD, de 22 de abril de 2020 que estabelece os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos. *Relatoria do Dep. Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ), com parecer pela rejeição da matéria.*

→ QUINTA (20)

10h – CCJC: Proposições remanescente de reunião anterior ou apreciação da PEC 32/2020 (Reforma administrativa).

SENADO:

PAUTAS DAS COMISSÕES:

→ TERÇA (18)

10h – CPI DA PANDEMIA: Oitiva do ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

→ QUARTA (19)

10h – CPI DA PANDEMIA: Oitiva do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

COMISSÕES

Segunda-Feira (17/05)

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 09h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
-	<u>PEC 32/2020</u>	Poder Executivo	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.	Deputado Darci de Mattos (PSD/SC)	<u>Admissibilidade com emendas supressivas saneadoras</u>	CCJC, CESP, Plenário

//



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

CESP PEC 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Zoom, 15h30

Reunião informal, e reservada, para discutir com o Relator-Geral, Deputado João Campos (REP./GO), as sugestões oferecidas pelos membros ao substitutivo.

//

Terça-Feira (18/05)

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 09h00

Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

//

CFFC – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE | Anexo II, Plenário 02, 09h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
9	REQ 68/2021	Deputado Leo de Brito (PT/AC)	Solicito seja convidado o Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Marcelo Xavier, a fim de prestar esclarecimento sobre a representação junto à Procuradoria da República no Distrito Federal que aponta eventual prática de crime de abuso de autoridade e improbidade administrativa deste, em decorrência de inquéritos policiais contra os líderes indígenas Sonia Guajajara e Almir Suruí.	-	-	CFFC
14	REQ 73/2021	Deputado Leo de Brito (PT/AC)	Solicita informações ao Ministério da Economia sobre corte da verba do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.	-	-	CFFC
18	REQ 77/2021	Deputado Leo de Brito (PT/AC)	Solicita informações ao Ministério da Economia sobre a nova portaria publicada em 30 de abril que permite que o Presidente Jair Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão, bem como reservistas e servidores públicos aposentados que exerçam determinados cargos públicos recebam acima do teto constitucional, atualmente em R\$ 39,2 mil.	-	-	CFFC

//

CTASP – TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO | Anexo II, Plenário 12, 09h30

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
1	REQ 37/2021	Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater as ações de fiscalização ambiental empregadas pela Polícia	-	-	CTASP



Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Federal e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Estado do Amazonas.

3 REQ 42/2021 Deputado Rogério Correia (PT/MG) Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Trabalho, de Administração e de Serviço Público, a fim de discutir o Projeto de Lei nº 7.502, de 2014, que regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial (Apensado: PL nº 3.043/2015). - - **CTASP**

12 PDL 615/2019 Deputado Mário Heringer (PDT/MG) Susta os efeitos da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Economia, que "Dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências". Deputado André Figueiredo (PDT/CE) Favorável **CTASP, CFT, CCJC, Plenário**

14 PL 7502/2014 Deputado Rubens Bueno (CID./PR) Regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial. Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP) Favorável com substitutivo **CTASP, CFT, CCJC, Plenário**

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 13h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
2	<u>PLP 9/2021</u>	Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para disciplinar a inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.	Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	-	CCJC, Plenário
9	<u>PL 1596/2019</u>	Deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO)	Acrescenta o §3º ao art. 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que compete ao oficial de liberdade condicional acompanhar o cumprimento das condições impostas ao beneficiário do instituto do livramento condicional.	Delegado Marcelo Freitas (PSL/MS)	<u>Favorável</u>	CCJC



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

10

PL
3705/2019

Deputado
Lucas
Redecker
(PSDB/RS)

Cria o Cadastro Nacional da Persecução Penal –
CNPP.

Deputado Kim
Kataguirí
(DEM/SP)

Favorável

CSPCCO,
CCJC

//

Quarta-Feira (19/05)

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 09h00

Oitiva do ex-Ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello.

//

CREDN – RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL | Anexo II, Plenário 05, 09h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
4	<u>MSC</u> <u>294/2020</u>	Poder Executivo	Texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.	Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA)	<u>Favorável</u>	CREDN , CCJC, Plenário
6	<u>MSC</u> <u>412/2020</u>	Poder Executivo	Texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001, com fins de adesão brasileira ao instrumento.	Deputado Rubens Bueno (CID./PR)	<u>Favorável</u>	CREDN , CCJC, Plenário

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 09h00

A pauta será divulgada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta anterior.

//

CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 06, 13h00

Item	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
4	<u>PDL</u> <u>162/2020</u>	Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ)	Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 1.634/GM-MD, de 22 de abril de 2020 que estabelece os quantitativos máximos de munições passíveis de aquisição pelos integrantes dos órgãos e instituições previstos nos incisos I a VII e X do caput art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003,	Deputado Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ)	<u>Rejeição</u>	CSPCCO , CREDN, CCJC, Plenário



FENAPEF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS

pelos pessoas físicas autorizadas a adquirir ou portar arma de fogo, e pelos demais agentes autorizados por legislação especial a portar arma de fogo.

6	<u>PL 2755/2015</u>	Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI)	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, que dispõe acerca da realização de colaboração premiada fornecida por investigados e acusados em ações penais.	Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	<u>Favorável</u>	CSPCCO , CCJC, Plenário
7	<u>PL 1332/2020</u>	Deputado Lincoln Portela (PL/MG)	Define os crimes contra a ordem econômica, fixa competência criminal federal e estadual para os mesmos crimes, define a legitimidade do Ministério Público no âmbito cível para as causas em que estejam sendo analisados atos infrativos à ordem econômica e suas consequências e dá outras providências, nos termos do inciso I do artigo 22, dos incisos I, IV e VI do artigo 109 e dos artigos 127 e 128 da Constituição Federal.	Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG)	<u>Favorável</u>	CSPCCO , CCJC, Plenário
12	<u>PL 3998/2020</u>	Deputado Fabio Reis (MDB/SE)	Reduz a zero a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para automóveis adquiridos por profissionais de segurança pública federais, estaduais e municipais.	Deputado Carlos Jordy (PSL/RJ)	<u>Favorável</u>	CSPCCO , CFT, CCJC

//

Quinta-Feira (20/05)

CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 09h00

Oitiva da Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro.

//

CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 10h00

Proposições remanescente de reunião anterior ou apreciação da PEC 32/2020.